



RENATA VICHI YAGUINUMA

**IMPACTOS DO TURISMO NAS UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS**

LAVRAS-MG

2021

RENATA VICHI YAGUINUMA

**IMPACTOS DO TURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
BRASILEIRAS**

Monografia apresentada ao colegiado do
Curso de Ciências Biológicas, para a obtenção
do título de Bacharel em Ciências Biológicas.

Prof. Dr. Marco Aurélio Leite Fontes

LAVRAS-MG

2021

RENATA VICHI YAGUINUMA

**IMPACTOS DO TURISMO NAS UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS**

Monografia apresentada ao colegiado do Curso
de Ciências Biológicas, para a obtenção do
título de Bacharel em Ciências Biológicas.

APROVADA EM
Dr. Wanderley Jorge da Silveira Junior
MSc. Carolina Ribeiro Gomes
Dr. Marco Aurélio Leite Fontes

Prof. Dr. Marco Aurélio Leite Fontes

LAVRAS-MG

2021

À Serra do Itapeti, que me criou e fomentou meu amor pela natureza. E a Cernunnos.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Lavras (UFLA), ao Departamento de Biologia e ao Departamento de Ciências Florestais – Setor de Ecologia da Conservação, responsáveis pela minha formação e realização deste projeto.

Aos professores do Departamento de Biologia, que me ensinaram sobre a vida e foram essenciais para minha formação.

Ao professor Marco Aurélio Leite Fontes pelos anos de orientação. Também ao professor Wanderley Jorge da Silveira Junior, por acompanhar de perto meus projetos e trazer debates ricos à mesa.

Aos companheiros(as) do Laboratório de Manejo de Unidades de Conservação, em especial à Carolina Costapelo apoio, presença e grandes ensinamentos.

À minha família pelo suporte e apoio durante minha graduação.

À Thays Cristina e Giulia Mangerona pelas conversas inspiradoras e suporte incondicional ao longo desses anos.

À Aset, por todo ensinamento e suporte.

RESUMO

Com a Revolução Industrial no século XIX, a população migra para os grandes centros urbanos (êxodo rural) e a natureza passa a ser algo distante da maioria das pessoas, que vivem estilos de vida estressantes baseado no exaustivo trabalho industrial. Ganha força então a ideia de uma natureza como paraíso cênico, e dessa forma o turismo em áreas naturais mostra uma atividade socioeconômica promissora. A promulgação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) em 2000 garantiu proteção à áreas com potencial biodiverso no Brasil, dividindo em categorias e grupos. O Plano Nacional de Turismo de 2018 prevê medidas e estratégias para efetivação de um turismo sustentável para essas áreas. Este trabalho busca analisar quais os impactos em Unidades de Conservação (UC) decorrentes da prática do turismo, bem como avaliar possíveis medidas mitigadoras propostas pelos autores. A coleta de dados foi realizada através da plataforma Google Acadêmico, na qual buscou-se artigos publicados entre 2010 e 2020 referentes ao tema. Para análise de dados a quantidade de impactos e seu número de aparições foram passados para porcentagem. Foram selecionados 36 artigos, cujos impactos significativos foram “lixo”, “geração de renda”, “desenvolvimento local”, “maus tratos animais”, “pisoteio”, “perda cultural”, “espécies invasoras”, “especulação imobiliária”, “fortalecimento cultural”, “degradação ambiental” e “dificulta o trabalho das comunidades”. Referente ao tipo de turismo praticado, o turismo de sol e mar foi o que apresentou maiores impactos negativos, seguido do turismo de lazer. Como propostas mitigadoras ficaram em destaque a “educação ambiental”, “diminuir número de visitantes”, “ordenamento do turismo” e “inclusão da comunidade local”. O turismo de sol e mar enfrenta grandes problemas com relação ao grande fluxo de visitantes, sendo difícil conter a visitação em massa, causando distúrbios nas faixas litorâneas. A Educação Ambiental se torna uma forte ferramenta para um turismo mais limpo e consciente, que tenha como proposta não apenas o lazer da atividade, mas também um aprendizado novo para todos os cidadãos que procuram por esses locais. A presença humana na natureza sempre causará distúrbios, maiores ou menores. Para que essa presença seja feita da forma menos impactante possível é necessário um bom planejamento e forte gestão, amparados pela ciência.

Palavras chave: Educação Ambiental, Ecoturismo, Conservação da natureza, Áreas Protegidas, Planejamento turístico.

ABSTRACT

With the Industrial Revolution in the 19th century, the population migrated to the large urban centers (rural exodus) and nature became something distant from the majority of people, who live stressful lifestyles based on exhausting industrial work. Then the idea of nature as a scenic paradise gains strength, and in this way, tourism in protected areas proves to be a promising economic activity. The creation of SNUC in 2002 guaranteed protection to areas with biodiverse potential, dividing into categories and groups. The 2018 National Tourism Plan foresees measures and strategies to implement sustainable tourism for these areas. This work seeks to analyze the impacts on conservation units resulting from the practice of tourism, as well as to evaluate possible mitigating measures proposed by the authors. Data collection was carried out through the Google Scholar platform, searching for articles published between 2010 and 2020 related to the theme. The number of impacts and the number of appearances were passed on to a percentage for a better understanding of their weight. 36 articles were selected, whose significant impacts were Garbage, Income generation, Local development, Animal mistreatment, Trampling, Cultural loss, Invasive species, Real estate speculation, Cultural strengthening, Environmental degradation and Difficulties in the work of the communities. Regarding the type of tourism practiced, sun and sea tourism had the greatest negative impacts, followed by leisure tourism. As mitigating proposals, environmental education, Decreasing the number of visitors, Tourism planning and Inclusion of the local community were highlighted. Sun and sea tourism faces major problems in relation to the large influx of visitors, making it difficult to contain mass visitation, causing disturbances on the coastal strips. Environmental Education becomes a strong tool for cleaner and more conscious tourism, which proposes not only leisure activities, but also new learning for all citizens looking for these places. Human presence in nature will always cause disturbances, major or minor. For this presence to be done in the least impactful way possible, good planning and strong management, supported by science, is necessary.

Key words: Environmental education, Ecotourism, Nature conservation, Parks, Tour planning.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
SUMÁRIO	8
1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIALTEÓRICO	12
3 OBJETIVO	13
4 MATERIAL EMÉTODOS	14
4.1 área de Estudo	14
4.2 Coleta de dados	15
4.3 Análise dosdados.....	15
5 RESULTADOS.....	16
Impactos.....	17
Tipo de Turismo	18
Alternativas propostas	19
6 DISCUSSÃO	21
7 CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIAS	25
APÊNDICE A – Tabela de Artigos.....	33

1 INTRODUÇÃO

O turismo desenvolveu-se intensamente na época da Revolução Industrial, sendo uma atividade econômica que interfere em diversos setores, como o social, ambiental e cultural. Com a chegada da industrialização, ocorreu uma massiva migração para centros urbanos, aumentando significativamente a poluição dos rios, a quantidade de lixo e o desmatamento. A partir desta transição histórica, a procura pela natureza tornou-se cada vez maior, dado ao distanciamento do homem em relação ao meio selvagem e campestre, e também à busca pela qualidade de vida perdida (DOMICIANO; OLIVEIRA, 2012).

Nos Estados Unidos do século XIX, surge o embate entre preservacionismo e conservacionismo. O primeiro, defendido por John Muir, defende que a natureza deve ser tratada como um paraíso cênico, mantendo sua característica selvagem e intocada pelo homem (CAMPOS; NASCIMENTO; MENDONÇA, 2017). Já o conservacionismo vê o ser humano como parte componente da natureza, defendendo sua presença desde que feita de forma regulada e racional (DIEGUES, 1994). Assim, em 1872, surge o Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro de sua categoria, seguindo os modelos preservacionistas. Logo, durante sua implementação, a comunidade tradicional residente é desapropriada (VALLEJO, 2002). Seguindo este modelo, surge no Brasil o Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, inaugurando a categoria ‘Parque’ em nosso país.

Com a Conferência de Estocolmo em 1972, surge o Relatório de Brundtland, desenvolvido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Visando conter as consequências da poluição em larga escala, este relatório cria o termo Ecodesenvolvimento, mais tarde modificado para Desenvolvimento Sustentável, que visa integrar desenvolvimento social, econômico e preservação ambiental. A pressão internacional a respeito da conservação aumenta e o turismo é visto como uma oportunidade de conciliação entre economia e preservação, com a oportunidade de educar os cidadãos a respeito do meio ambiente (SANTOS ; SANTOS, 2011).

A demanda por áreas protegidas passa a ser cada vez maior, com a década de 80 marcada por um aumento surpreendente na criação de Unidades de Conservação (UC) na Amazônia, por conta de pressões internacionais que cobravam um posicionamento do Governo Federal diante do desmatamento e queimadas na área. Mediante a dificuldade brasileira em manter um modelo preservacionista vigente, são criadas entre os de 1990 e 2000, novas categorias de UC – A Reserva Extrativista e a Reserva de Desenvolvimento

Sustentável, ambas de Uso Sustentável (LIMA, 2002). Em 2000 também houve a instituição do SNUC, que categorizou e estipulou a criação e gestão de categorias e grupos de UC, cujo órgão regulador era o IBAMA (atualmente ICMBio). O SNUC prevê dois grupos de área protegida: de uso indireto e uso direto, sendo o primeiro proibido a extração e uso direto dos recursos naturais, e o segundo permitido desde que seja respeitado um conjunto de regras para conservação ambiental. O objetivo do grupo de uso sustentável é garantir a continuação dos modos de vida de populações tradicionais, que são intrinsicamente dependentes da natureza (MENDONÇA; MORAES; COSTA, 2013). O turismo é restrito nas categorias de Estação Ecológica e Reserva Biológica, mas amplamente fomentado em Parques. Com isso, abre-se um potencial imenso para o turismo e desenvolvimento econômico (fonte).

Ainda hoje, países em desenvolvimento como o Brasil, possuem o modelo industrial muito vigente, dificultando a valorização e fomento de práticas preservacionistas, visto que este setor se apóia na exploração intensiva dos recursos ambientais (SANTOS; SANTOS, 2011). Segundo Naisbitt (1994), o setor turístico vem se tornando uma das principais fontes de renda durante o século XXI. A natureza selvagem passa a ser vista como uma mercadoria, onde as comunidades locais e as agências de turismo podem obter renda e lucro (MENDONÇA, 2012).

Moldado ao sistema capitalista, surge o empreendedorismo ambiental, onde a publicidade e marketing turístico apresenta ao público a ideia de um paraíso intocado, distante da realidade da maior parte das pessoas, atraindo visitantes. Seguindo a mesma gestão de grandes empresas, o poder sobre o território é retirado da comunidade local (FERNANDES, 2011). Nesta hierarquização do poder, o grande lucro obtido reverte-se para agências externas, agravando a desigualdade social da população nativa, muitas vezes alocadas em subempregos (BOOKBINDER *et al.*, 1998). Com o aumento de preços e a mudança de rotina o estilo de vida tradicional já não é mais suficiente para sustentar a renda das famílias, tornando cada vez mais a população à mercê do turismo (MENDONÇA, 2013). Além disso, áreas potencialmente turísticas são palcos de grandes conflitos, como posse e uso de terras, expulsão de moradores e degradação ambiental (DIEGUES, 2011).

Com relação aos tipos de turismo, no Brasil, o turismo do tipo sol e praia é o que recebe maior afluxo de visitantes. Segundo a Agência Nacional de Águas (2005), a maioria dos brasileiros busca paisagens naturais que contenham água durante as férias (MENDONÇA, 2013). Isso pode ser confirmado por Coriolano (2007) que afirma que nas faixas litorâneas a maior fonte de renda e desenvolvimento local deve-se ao turismo (MELO,

2012). Locais de praia possuem ambientes de alta fragilidade como corais, restingas e mangues, sendo recomendado um controle e restrição do número de visitantes. Porém, é muito difícil conter o fluxo de turistas em alta temporada exatamente por serem os locais de maior procura entre os brasileiros (ELABORE, 2008).

Já o Ecoturismo traz a proposta de inserção da comunidade local, interpretação ambiental e levar maior consciência a respeito da importância da preservação para seus visitantes. Baseia-se num turismo contemplativo com atividades de aventura. Mostra-se como uma possibilidade de geração de emprego para os moradores locais, visto que estes conhecem bem a região e são os melhores guias turísticos para o local (HOEFLE, 2016). No Brasil, o faturamento anual com o ecoturismo é estimado em US\$ 70 milhões, e devido a essa oportunidade econômica é muito utilizado por países em desenvolvimento (DAVENPORT *et al.*, 2002). Mesmo no ecoturismo, a proximidade dos visitantes causa impactos na reprodução e forrageio de animais (MOORHOUSE *et al.*, 2015, 2016).

Para um turismo com mínimos impactos negativos é necessário estipular a capacidade de carga, tendo em vista as fragilidades do local, considerar ciclos sazonais e tempo de estadia em cada local (LAIRO; SOLER, 2010). A visitação massiva afeta o comportamento de diversos animais, em especial primatas, nos quais observou-se interações agressivas e baixa taxa de socialização (BERMAN *et al.*, 2007). No caso do Ibitipoca, o lobo-guará já foi observado revirando lixo e atacando acampamentos de visitantes (ARAGONA; SETZ, 2001). Para que este plano de visitação controlado seja efetivo é necessário um planejamento bem estruturado e uma gestão participativa forte (ZANIRATO, 2010). Além disso, a Organização Mundial do Turismo incentiva o turismo de base comunitária, onde leva-se em consideração as necessidades da população local e compromete-se a manter sua integridade cultural (FULLANA; AYUSO, 2002).

Tendo em vista o turismo como uma atividade em crescimento e fonte de circulação de capital, é interessante buscarmos entender como ele de fato se correlaciona com a pauta da UC. Desta forma, algumas questões foram levantadas, e se respondidas poderão contribuir para uma melhor compreensão sobre impactos da atividade turística em UC, a saber: quais são os efeitos do turismo em UC do Brasil? Qual a relação destes efeitos com o tipo de turismo envolvido?

Segundo a Lei 9.985/2000, Art. 2º Parágrafo I., a definição a respeito de Unidade de Conservação é:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Cujos objetivos são proteger o ambiente, preservar belezas cênicas, promover desenvolvimento sustentável, proteger e recuperar recursos hídricos, promover o turismo ecológico e interpretação ambiental, entre outros. As UC são divididas em dois grupos, Proteção Integral, no qual se encontram as categorias Estação Ecológica, Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre; e Uso Sustentável, no qual estão as categorias Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (BRASIL, 2000). Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do segundo semestre de 2020, o Brasil possui atualmente 2.468 UC, sendo 785 de Proteção Integral e 1.683 de Uso Sustentável (MMA, 2020).

Em 2003 é criado o Ministério do Turismo, que lança o Plano Nacional de Turismo no mesmo ano, trazendo diretrizes para o ordenamento da atividade como a descentralização de renda e o desenvolvimento para o Brasil através da valorização da regionalização. O atual Plano Nacional de Turismo (2018) estabelece estratégias tais como premiar boas práticas de turismo sustentável e intensificar a realização de campanhas de sensibilização para o consumo consciente. Prevê também o fomento ao Turismo de Base Comunitária, tendo como estratégias integrar atividades turísticas à produção e cultura local, e promover o consumo dos produtos advindos da comunidade.

Desde 2007, o turismo cresceu em 471%. Em 2018, o valor gerado em turismo agregado ao PIB foi de R\$ 3,8 bilhões. Em 2019, as UC federais receberam 15,33 milhões de visitantes, um aumento de 20% em relação ao ano anterior. O maior afluxo de turista está concentrado nos parques, mas ao longo dos anos há um significativo aumento em APA,

Finnessey (2012) mostrou em seu estudo a respeito dos parques nos Estados Unidos que as práticas do turismo causam impactos como poluição, degradação da terra, poluição sonora, lixo, pisoteio, invasão de espécies exóticas, uso dos recursos de forma incompatível com as diretrizes do parque. Além disso, nos Estados Unidos, é muito comum o uso de transportes de neve e tours aéreos em áreas montanhosas, que também causam significativo impacto no ambiente selvagem.

Por outro lado, Buckley (2003), a respeito do turismo em parques na Austrália defende que a atividade é uma forma de se compreender e entender a respeito da natureza que nos cerca, defendendo a interpretação ambiental como um dos impactos positivos desta prática. Já no Brasil, Souza (2017) em suas pesquisas no Parque Nacional do Iguaçu, mostra o grande e benéfico intercâmbio cultural entre as três cidades e países que se encontram na divisa do território (Foz do Iguaçu, no Brasil, Ciudad del Este, no Paraguai e Puerto Iguazú, na Argentina). O turismo no Parque é uma fonte massiva de renda, levando Foz do Iguaçu ao Ranking das dez melhores cidades do estado do Paraná.

3 OBJETIVO

O trabalho busca analisar os impactos causados nas Unidades de Conservação brasileiras em decorrência do turismo.

3.1 Objetivos específicos

- Identificar os efeitos positivos e negativos causados pelo turismo em UC.
- Verificar quais são os tipos de turismos vigentes e como se correlacionam ao seus respectivos impactos.
- Avaliar quais tipos de turismo causam mais benefícios e menos prejuízos.
- Identificar na literatura as alternativas propostas para mitigar os efeitos negativos do turismo.

4 MATERIAL EMÉTODOS

4.1 área de Estudo

O Brasil possui um território cuja área total é de 8.515.767,049km², com pontos extremos de Lat. +05º 16'19" e Long. -60º 12'45" ao Norte; Lat. -33º 45'07"; Long. -53º 23'50" ao Sul; Lat. -07º 09'18" e Long. -34º 47'34" ao Leste; e Lat. -07º 32'09" e Long. -73º 59'26" a Oeste. Contendo 5.570 municípios distribuídos ao longo de seu território. Possui seis principais biomas, com classificações florestais e não florestais que são: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Ombrófila Mista; Floresta Estacional Sempre-Verde; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; Caatinga; Estepe; Restinga e Mangue (IBGE, 2012). Considerado o país com maior diversidade biológica, o Brasil possui 14% da diversidade de plantas do planeta, tornando-o um grande competidor em biotecnologia, demandas ambientais e benefícios econômicos (PEIXOTO E MORIM, 2003). Segundo Lewinsohn e Prado (2005), o Brasil possui em torno de 170 a 210 mil espécies conhecidas, sendo 43 a 49 mil espécies de plantas (PERES, VERCILLO E DIAS, 2011), 713 mamíferos, 1.826 aves, 721 répteis, 875 anfíbios e aproximadamente 4.100 peixes. Está em quarto lugar na lista de "Sítios de Importância Internacional", segundo a Convenção sobre Zonas Úmidas de 1971 (MEDEIROS E GARAY, 2006).

Com toda essa diversidade as UC garantem uma enorme atratividade para turistas de todo mundo, sendo cinco categorias mais populares: Floresta, Rios, Cachoeiras, Formações Geológicas e Patrimônio Cultural (SOUZA, TAPHA E CASTRO, 2017). Muitos Parques Nacionais brasileiros são conhecidos como patrimônios mundiais, como o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional da Serra da Capivara. Destaca-se também os traços culturais indígenas e tradicionais destes locais, bem como atributos culturais imateriais como crenças, mitos e celebrações religiosas, trazendo expressividade para muitas UC (BEZERRA, 2019). As músicas, as danças, a culinária, as festas de cunho popular, que mudam ao longo do território brasileiro compõem a riqueza e diversidade do nosso país (NOGUEIRA, 2007).

4.2 Coleta dedados

1

A coleta de dados foi feita através da plataforma Google Acadêmico na busca de artigos científicos publicados que trouxessem estudos de casos. A pesquisa foi filtrada pelas palavras chaves “Turismo”, “Unidades de Conservação”, “Brasil”, em português, e “Tourism”, “Parks”, “Brazil”, em inglês, sendo coletados artigos nos dois idiomas. O período de publicação escolhido foi de 2010 a 2020, um período de dez anos, visando um resultado de todo território brasileiro bem como todas as categorias e grupos de UC.

4.3 Análise dos dados

Totalizou-se 36 artigos fazendo referência aos impactos nas mais variadas unidades distribuídas pelo país. Dentro destes artigos foram encontrados 11 impactos. Os pesos dos valores foram atribuídos em porcentagem, sendo N=79, tendo em vista que os 11 impactos foram citados um total de 79 vezes, indicando desse modo, maior ou menor frequência ao se aproximar ou distanciar desse padrão. Dessa forma, os impactos citados foram listados, e sua frequência de aparição foi mensurada pela fórmula:

$$X = \frac{y \cdot 100}{79}$$

sendo Y a quantidade de aparição de um fator nos artigos.

Os impactos foram organizados em forma de gráfico para melhor visualização. Foram identificados também as alternativas propostas pelos autores afim de mitigar os efeitos negativos do turismo. Além disso, os tipos de turismo foram identificados e dentro deles, contados os efeitos benéficos e danosos, facilitando a compreensão do efeitos das metodologias de cada classe de turismo, organizado em tabela. Os impactos analisados são referentes à economia, comunidade e conservação.

5 RESULTADOS

Neste trabalho, constaram 34 Unidades de Conservação, apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 1 Unidades de Conservação presentes nos estudos levantados na coleta de dados e suas localizações, esferas de criação e biomas.

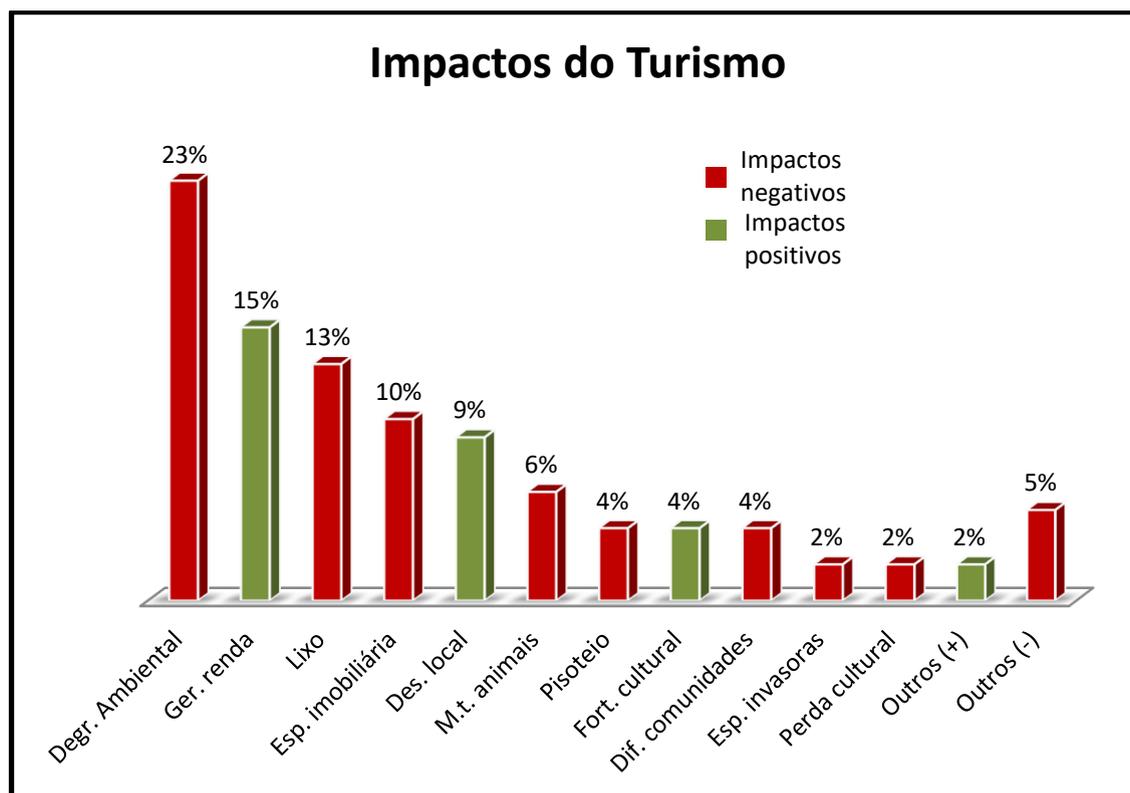
Nome da UC	Estado	Esfera de Criação	Bioma
RDS do Tupé	AM	Municipal	Amazônia
PARNA de Anavilhanas	AM	Federal	Amazônia
RDS Rio Negro	AM	Estadual	Amazônia
PN do Monte Pascoal	BA	Federal	Mata Atlântica
APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba	BA	Estadual	Mata Atlântica
APA do Delta do Parnaíba	CE, PI, MA	Federal	Marinho Costeiro
PARNA do Caparaó	ES	Federal	-
PE Terra Ronca	GO	Estadual	Cerrado
PARNA Chapada dos Veadeiros	GO	Federal	-
APA do Delta do Parnaíba	MA	Federal	Caatinga, Cerrado, Marinho Costeiro
APAdo Maracanã	MA	Estadual	Amazônia
PARNA Serra do Cipó	MG	Federal	Cerrado
APA Municipal Santo Antonio	MG	Municipal	Mata Atlântica
RESEX Marinha Mestre Lucindo	PA	Federal	Amazônia
RESEX Caeté Taperaçu	PA	Federal	Amazônia
RESEX Mãe Grande de Curuça	PA	Federal	Amazônia
PE Pedra da Boca	PB	Estadual	Caatinga
PE do Pico do Jabre	PB	Estadual	Mata Atlântica
APA de Guadalupe	PE	Estadual	Mata Atlântica
PARNA Marinho de Fernando de Noronha	PE	Federal	Marinho Costeiro
APA de Guaratuba	PR	Estadual	Mata Atlântica
PE Marinho do Aventureiro	RJ	Estadual	Mata Atlântica
PARNA Jurubatiba	RJ	Federal	-
RESEX Marinha Arraial do Cabo	RJ	Federal	Mata Atlântica
RDS Estadual Ponta do Tubarão	RN	Estadual	Caatinga
PE das Dunas	RN	Estadual	Mata Atlântica
RESEX Marinha do Pirajubaé	SC	Federal	Mata Atlântica
APA Litoral Sul	SE	Estadual	Mata Atlântica
RDS Barra do Una	SP	Estadual	Mata Atlântica
PE Caverna do Diabo	SP	Estadual	Mata Atlântica

PE Serrado Mar	SP	Estadual	Mata Atlântica 1
PE Turístico do Alto Ribeira	SP	Estadual	Mata Atlântica
PE do Jalapão	TO	Estadual	Cerrado

Impactos

Dentro dos 36 artigos selecionados, 20 são a respeito de unidades de Proteção Integral e 16 de Uso Sustentável. Ficaram em evidência 11 impactos, sendo eles: Lixo (10 citações); Geração de renda (12); Desenvolvimento local (7); Maus tratos animais (5); Pisoteio (3); Perda cultural (2); Espécies invasoras (2); Especulação imobiliária (8); Fortalecimento cultural (3); Degradação ambiental (18) e Dificulta o trabalho das comunidades (3), além da categoria Outros impactos positivos e Outros impactos negativos, apresentados na Figura 1 abaixo, em forma de porcentagem:

Figura 1. Gráfico porcentagem dos impactos negativos e positivos do Turismo encontrados.



Dos impactos observados, 69% são negativos e 31% são positivos (N=13). A

“degradação ambiental” obteve maior peso (23%), aparecendo em metade dos artigos. Em seguida temos, “geração de renda com 15%”; “lixo 13%”; “especulação imobiliária” 10%; “desenvolvimento local” 9%; “maus tratos animais” 6%; “pisoteio com 4%”; “fortalecimento cultural” 4%; “espécies invasoras” e “perda cultural” ambas com 2%, e Outros(+) 2% e Outros(-) 5%. Na categoria Outros foram agrupados impactos que só apareceram uma vez, em apenas um artigo. No negativo, são eles: “disseminação de doenças”, “geração de subempregos”, “baixa remuneração” e “violência”. No positivo: “possibilidade de estudos” e “maior preservação”.

Os maiores impactos identificados são, portanto, a “degradação ambiental” e a “geração de renda”, uma consequência negativa e uma positiva, respectivamente. Em se tratando de

Degradação ambiental, o fluxo de turistas causa problemas como poluição da área, com obras para garantir infra-estrutura, circulação de carros, passagem para trilhas, etc. Outro problema frequente neste tópico é o desmatamento para construção de condomínios que retiram a mata nativa e as dunas de areia para grandes obras.

A Geração de Renda faz alusão à inserção da população local em serviços turísticos e à arrecadação de dinheiro como consequência desta atividade. Em alguns casos, há a contratação do parque para o serviço de guia pelas trilhas e fornecedora interpretação ambiental. Em outros para vigia e segurança do parque. Contudo, o grande destaque fica com o comércio – restaurantes, pousadas, venda de artesanatos, entre outras especificidades que variam de acordo com as regiões.

Com menor influência temos Espécies Invasoras e Perda Cultural. A primeira faz referência à entrada de animais domésticos, assim como espécies exóticas que aproveitam a degradação ambiental causada pela atividade turística para prosperar no ambiente. A segunda diz respeito ao impacto do turismo nas atividades que são tradicionais dos povos nativos da região, fazendo com que muitos jovens optem trabalhar para o turismo em detrimento do cargo passado de geração em geração.

Segmentos do Turismo

A respeito dos tipos de turismo apontados nos artigos, foram citados dez: “de sol e praia”; “ecoturismo”; “de lazer”; “comunitário”; “geoturismo”; “religioso”; “de aventura”;

“educacional” e “de eventos”. Nem todos os artigos apresentaram qual a forma de turismo praticada.

Com maior impacto negativo, temos o turismo de sol e praia, somando um valor de 22 citações de impactos negativos, seguido pelo turismo de lazer, com 9 citações de impactos negativos. O turismo de sol e praia refere-se à todo tipo de turismo que tenha contato com a água, não somente regiões litorâneas, mas também cachoeiras, rios e lagos. Em seguida, o turismo de lazer, onde a visitação é motivada pelo descanso e divertimento em períodos de afastamento do trabalho e cotidiano, sendo visto como uma forma de entreterimento para alívio da jornada de trabalho.

Com maior impacto positivo temos o Ecoturismo com sete citações positivas, seguida do turismo Comunitário, com quatro citações positivas em oposição a nenhuma citação negativa. O Ecoturismo busca pelo contato com a natureza com o objetivo de conscientizar a respeito da importância da preservação, fornecendo interpretação ambiental. Enquanto o turismo comunitário parte da premissa de inserir o turista na realidade local dos moradores, oferecendo casas de famílias para hospedagem, comidas preparadas pela própria população, e atividades culturais planejadas e organizadas pela própria comunidade.

Da análise quantitativa de impactos positivos e negativos dentro destas categorias, o resultado é o que segue na tabela:

Tabela 2 com os tipos de turismo e quantidade de impactos positivos e negativos em cada um.

Tipos de Turismo	Positivo	Negativo	Total de artigos
De sol e praia	4	22	8
Ecoturismo	7	6	6
De lazer	2	9	5
Comunitário	4	0	2
Geoturismo	1	1	2
Religioso	2	4	2
De aventura	0	4	1
Educacional	0	4	1
De eventos	0	6	1
Total	20	56	28

Alternativas propostas

Dos 36 artigos, 21 apresentaram alternativas para mitigação dos impactos negativos. Essas propostas foram: “redefinição da categoria”; “implementação do ecoturismo”; “financiamento”; “inclusão da comunidade”; “restrições de contato com o animal”; “ordenamento do turismo”; “educação ambiental”; “turismo de base comunitária”; “restringir queima de acetileno”; “diminuir número de visitantes” e “aumento da fiscalização”. Dessas propostas, quatro ficaram em evidência, sendo citadas em três artigos cada. São essas: “inclusão da comunidade”, “ordenamento do turismo”, “educação ambiental” e “diminuir número de visitantes”.

A Inclusão da Comunidade é uma forma de garantir desenvolvimento econômico para os nativos pois, diminui conflitos e respeita o território. Insere os moradores no turismo, dando autonomia para decisões acerca de como o andamento da atividade ocorrerá. Segundo Peixoto (2013), é uma forma da comunidade cuidar melhor dos espaços e manter a preservação.

O ordenamento do Turismo refere-se à melhor organização da atividade, como definir número máximo de visitantes, tempo permitido em cada espaço, atividades proibidas, necessidade de presença ou não de um guia, etc. No Parque Nacional de Anavilhas, o ordenamento do turismo foi muito discutido.

A Educação Ambiental visa gerar um pensamento crítico na sociedade a respeito do tema meio ambiente. Questionar problemas ambientais como a poluição, o uso da água, o consumismo e os meios de produção.

Por último, a diminuição do número de visitantes é auto explicativo, calcula-se a capacidade de carga, ou seja, a quantidade máxima de pessoas permitidas a ponto de não causar estresse nos locais. Assim, os visitantes são divididos em grupos para visitaçã o e uso dos ambientes. Esse conhecimento requer estudos científicos a respeito das espécies presentes no ambiente bem como maior rigor na imposição de limites.

6 DISCUSSÃO

Lopes e Santos (2014) trazem a ideia do turismo atrelado à paisagem, servindo para o desenvolvimento econômico de uma região. Em especial em UC o planejamento do turismo sustentável é de suma importância, para que se alinhe com seu propósito de proteção ambiental. Das categorias, apenas Parque Nacional possui como objetivo claro a promoção e fomento do turismo, mas a prática é permitida também em outras categorias, com suas devidas restrições. Sua pesquisa ainda nos mostra que de todas as unidades existentes em território nacional, 58,22% possuem potencial turístico.

Em relação à proposta Ordenamento do Turismo, a experiência no Parque Nacional de Anavilhanas com o ordenamento do turismo tem se mostrado um exemplo para outras unidades de conservação. Quando estabelecido um número-limite de visitantes, os próprios turistas se mostraram mais satisfeitos e confortáveis com a experiência. Além de possibilitar maior vigia e fiscalização dos funcionários, garantindo uma melhor interação com os cetáceos (VIDAL *et al.*, 2017). Essa regra diminui o estresse dos animais, garante um manejo melhor executado e proporciona aos visitantes uma interação muito mais significativa, podendo trazer à consciência uma visão ambiental mais conservacionista. Esse é um exemplo de medida mitigadora ganha-ganha.

Porém, para que haja um ordenamento bem feito do turismo, é de extrema importância uma pesquisa científica forte e consistente. Só na Amazônia podemos observar que há pouco estudo a respeito do bem-estar animal das espécies endêmicas, de como deve ser conduzida a conservação e quais as punições quando as normas são descumpridas. Quando ocorre a grande exposição dos animais ao público aumenta-se o estresse, lesões e doenças, decorrentes do manuseio repetitivo e na exposição ao flash de fotografias por exemplo (D’Cruze *et al.*, 2017). Uma base consistente de dados possibilita o cálculo do limite de visitantes e limite de tempo em cada local, garantindo uma gestão mais forte e mitigando de fato o impacto da exposição desses animais.

Um forte problema enfrentado no Brasil é com relação à gestão das UC. Muitas não possuem plano de manejo, outras estão registradas em uma categoria que não cumpre com suas atividades, além de poucos funcionários empregados. Para o turismo, é de vital importância uma cooperação entre órgãos fiscalizadores, órgãos que regulem a atividade turística e a própria unidade de conservação (Oliveira e Silva, 2016). Na Amazônia, esses

problemas se intensificam e se apoiam na grande dimensão da área e grandes distâncias, dificultando a fiscalização e ação (BARBOSA e CAMPOS 2017). Mesmo assim, vemos bons exemplos de Ecoturismo no Brasil, possuindo bom planejamento, programas de monitoramento, engajamento da população local e acesso limitado às áreas. Um bom ordenamento do turismo precisa ter pouca de sua área visitada, levantar dinheiro para a população local e possuir limite de visitantes (PICKERING e BUCKLEY, 2003; CUNHA, 2010). Pudemos observar no trabalho que o Ecoturismo é um dos tipos de turismo que mais trouxe benefícios e maior mitigação de impactos negativos.

No turismo de lazer e no turismo de sol e mar a questão ambiental não é uma preocupação para os turistas. Não há uma consciência sobre os impactos gerados, apenas a apreciação e lazer oferecidos pela paisagem (DOMICIANO e OLIVEIRA, 2012). Como os resultados deste estudo mostraram, são esses dois tipos de turismo como maior de impactos negativos. O perfil destes turistas e o objetivo da atividade não passa pelo desejo de um repertório mais politizado e crítico, em comparação com outros tipos de turismo que trazem uma interpretação ambiental, como o Ecoturismo por exemplo.

Em se tratando do turismo de sol e mar, no Brasil, é um turismo de massa, aportando um grande fluxo de pessoas, em especial na alta temporada. A incapacidade logística de conter e ordenar todas essas pessoas por parte do poder municipal é evidente, causando impactos negativos significativos no território (SELVA, 2012). O poder público e a própria população local valorizam muito mais a renda gerada pelos visitantes. E seguindo essa lógica, quanto mais turista, melhor. A questão ambiental fica esquecida, sendo muitas áreas litorâneas atualmente mais semelhantes à grandes cidades urbanas do que a um local rico em biodiversidade e cheio de fragilidades que precisa ser conservado.

Nesses locais ainda é comum o turismo de segunda residência. No caso da APA Litoral Sul, Santos e Vilar (2013) nos mostram que ocorre uma privatização da praia pelas construções na linha da costa, causando desmonte de dunas, inadequada disposição final da produção de resíduos sólidos, pressão da especulação imobiliária e segregação socioespacial, onde os moradores locais são obrigados a saírem de seus locais de origem e irem para locais mais afastados do mar, devido ao baixo poder de compra dessas populações que são em geral mais carentes. Mais do que avaliar a alta geração de renda proporcionada por essa atividade, é necessário questionar qual a lógica que este mercado serve. Quem realmente se beneficia de todo dinheiro gerado? Será de fato a população nativa? Ou a lógica imperante é a do mercado capitalista, onde grandes franquias e empresas se instalam e a população se realoca em

Segundo Souza (2010) e Barbosa e Campos (2017), nas Resex marinhas há grande conflito nas áreas do entorno, devido à exclusão dos não comunitários e a falta de gerenciamento da exploração dos recursos naturais. As atividades das populações não são valorizadas e perdem para setores economicamente mais fortes como o turismo, a pesca industrial e a especulação imobiliária. Essas são possíveis explicações do motivo pelo qual o turismo de sol e mar apareceu no estudo com grandes impactos negativos. Os responsáveis pelo poder público precisam de uma visão mais sensível, superando a lógica do mercado e investindo em múltiplas propostas que abarquem a todas as realidades (ZANIRATO, 2011).

A educação ambiental também apareceu como principal proposta de mitigação de impactos negativos. Santos e Santos (2011) mostram em seu trabalho que as pessoas mais envolvidas com a conservação da APA do Maracanã são aquelas que já haviam participado de cursos de educação ambiental, demonstrando uma efetiva transformação e eficiência do processo educacional. De fato, um turismo forte com visão ambientalista deve ser objeto de promoção de aprendizado e consciência, ressaltando não somente a beleza desses locais, mas também todos os benefícios de um ecossistema protegido e equilibrado. Uma forma de promover essa ação a todos é através de palestras no início da visita, explicando sobre o local, a biologia dos animais, a importância da conservação, as ameaças e normas (VIDAL *et al.*, 2017).

O turismo de base comunitária também apresentou bons impactos, sendo um modelo alternativo de turismo, onde são valorizados a cultura local, o cooperativismo e a autogestão. As comunidades se tornam protagonistas na forma de conduzir o turismo (CAMPOS *et al.*, 2017). Dá à população poder de escolha na forma como seu território será utilizado. É uma organização importante, principalmente em UC como reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável, cujo objetivo é manter o modo de vida tradicional, de forma a garantir a proteção e sustento dessas comunidades. Nesses locais surge o debate acerca da perda cultural, já que muitos jovens estão mais inseridos no turismo do que na manutenção de práticas tradicionais. Dessa forma, o incentivo por parte do poder público da preservação da cultura é muito importante, conscientizando a população que o turismo é uma atividade complementar, capaz de trazer renda extra (CAMPOS *et al.*, 2017).

7 CONCLUSÃO

A busca pela interação com a natureza tem aumentado muito ao longo dos anos devido ao ritmo de vida estressante das grandes cidades. Com isso, as UC estão recebendo cada vez mais visitantes. Podemos observar, no Brasil, que a questão de benefícios e malefícios depende muito da gestão e proposta de turismo das próprias UC. Verificamos benefícios da sensibilização ambiental em parques com forte apelo educacional, por outro lado observamos em outros casos um enorme descaso por parte dos visitantes para com o meio ambiente. Economicamente essa dualidade se repete. Vemos uma melhoria de vida de populações que foram incluídas no plano de turismo pela UC, e vemos também a marginalização dos nativos quando a UC não os integra.

Os impactos negativos se sobressairam neste estudo, mas não podemos deixar de lado o fato do baixo investimento e falta de plano de manejo em muitas UC. A falta de conhecimento e a falta de pesquisa também é um grande impedimento para compreender qual a melhor forma de construir esse turismo, levando em consideração as necessidades e recursos de cada parque e seu ecossistema.

Por fim, vemos que o turismo baseado apenas em lazer e diversão causa mais distúrbios e impactos negativos em comparação ao turismo ordenado. As UC localizadas em faixas litorâneas, por exemplo, enfrentam muito mais problemas e desafios para implantação de um turismo sustentável devido à uma massiva procura por parte da população brasileira por esses locais.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Número de visitantes em unidades de conservação federais aumentou 20%, 15/06/2020. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-06/numero-de-visitantes-em-unidades-de-conservacao-federais-aumentou-18#:~:text=As%20137%20unidades%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o,em%20ela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20ano%20anterior.>> Acesso em: 06/05/2021.
- AGUIAR, H.J.P. Ecoturismo e Tradição Cultural Quilombola: Análise sobre as Influências do Turismo no Parque Estadual Caverna do Diabo nas Comunidades de Ivaporunduva e Sapatu (El Dourado/ São Paulo/Brasil). **Dissertação Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia**, 2017.
- ALMEIDA, A. W. O Conceito de terras tradicionalmente ocupadas. Palestra no Seminário sobre questões indígenas. **Revista Virtual da AGU**. Ano V nº 46, de novembro de 2005.
- ARAGONA, M. & SETZ, E. F.Z. Diet of maned wolf, *Chrysocyon brachyurus* (Mammalia: Canidae), during wet and dry season at Ibitipoca state park, Brazil. **Journal of Zoology**, 254, 131–136, 2001.
- BARBOSA, H.D.A.; CAMPOS, R.I.R. Experiências de Turismo em Unidades de Conservação em Áreas Haliêuticas no Estado do Pará/Amazônia. **Pasos, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Vol. 15 N.o 4. Págs. 823-839 ISSN 1695-7121, 2017.
- BARBOSA, S.R.C.S.; FORMAGIO, C.C.; BARBOSA, R.V. Áreas Protegidas, Uso e Ocupação do Solo, Qualidade de Vida e Turismo no Litoral Norte Paulista: Algumas Reflexões sobre o Município de Ubatuba. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 10, Nº 2, 2010.
- BELTRÃO, R.F.; PEREIRA, S.V. Cruzeiro Marítimos no Arquipélago de Fernando de Noronha: Aspectos e Impactos Ambientais. **V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental** Belo Horizonte/MG – 24 a 27/11/2014.
- BERMAN, C. M., LI, J., OGAWA, H., IONICA, C., & Yin, H. Primate tourism, range restriction, and infant risk among *Macaca thibetana* at Mt. Huangshan, China. **International Journal of Primatology**, 23, 283–397, 2007.
- BEZERRA, G.O. A paisagem como patrimônio nas Unidades Protegidas Brasileiras. **Paisaje y jardín como patrimonio cultural**, p. 36-54, 2019.
- BOOKBINDER, M. P., DINERSTEIN, E., RIJAL, A., CAULEY, H., & RAJOURIA, A. Ecotourism's support of biodiversity conservation. **Conservation Biology**, 12,1399–1404, 1998.
- BUCKLEY, R. Natural Area Tourism: Ecology, Impacts and Management. **Annals of**

CAMPOS, R. I. R. DE; NASCIMENTO, M. D. S.; MENDONÇA, S. DA C. Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo (PA): Processo de criação e perspectivas para o turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 10, n. 2, 31 maio 2017.

CAVALCANTE, M.B.; FURTADO, E.M. Políticas Públicas de Turismo em Unidades de Conservação. DOI: 10.4215/RM2011.1021. 0009

CIFUENTES-ARIAS, M. Determinación de Capacidad de Carga Turística en Áreas Protegidas. **Turrialba: CATIE**, 1992.

CIGNA, A.A., & BURRI, E. Development, management and economy of show caves. **International Journal of Speleology**, 29, 1–27, 2000.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza. **SP: Alínea**, 2007.

COSTA, H.S.M.; OLIVEIRA, A.M.; RAMOS, M.V. População, Turismo e Urbanização: Conflitos de Uso e Gestão Ambiental. **Abep. Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**.

CUNHA, A.A. Negative Effects of Tourism in a Brazilian Atlantic Forest National Park. **Journal of Nature Conservation**, v 18, 291–295, 2010.

DAVENPORT, L.; BROCKELMAN, W. Y.; WRIGHT, P. C.; RUF, K. & DEL VALLE, F. B.R. Ferramentas de ecoturismo para Parques. In J. Terborgh, C. van Schaik, L. Davenport, & M. Rao (Eds.), **Tornando parques eficientes: Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Editora UFPR. 2002

D'CRUZE, N.; MACHADO, F. C.; MATTEWS, N.; BALASKAS, M.; CARDER, G.; RICHARDSON, V.; VIETO, R. A review of wildlife ecotourism in Manaus, Brazil. **Nature Conservation**, 22. pp. 1-16. ISSN 1314-6947, 2017.

DIEGUES, A.C.S. **OMito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1994.

DIEGUES, A. C. **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras**. 2 ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Costeiras, USP, 2001.

DOMICIANO, C.S.; OLIVEIRA, I.J. Cartografia dos Impactos Ambientais no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, vol.11, núm. 25, mayo-agosto, 2012, pp. 179-199

DUTRA, V. C. Monitoramento de indicadores-chave do turismo sustentável em unidades de

conservação: um estudo de caso no Parque Estadual do Jalapão - Tocantins. 2016. **Tese²⁷ (Doutorado em Tecnologia Nuclear - Materiais) - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, University of São Paulo, São Paulo**, 2016. doi:10.11606/T.85.2016.tde-30082016-150451.

ELABORE. ASSESSORIA ESTRATÉGICA EM MEIO AMBIENTE. Estudo e determinação da capacidade de suporte e seus indicadores de sustentabilidade com vistas à implementação do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental e da gestão ambiental do arquipélago de Fernando de Noronha. Produtos 3 e 4. Documento submetido ao ICMBio. Brasília, 2008. 316p.

FERNANDES, M. C. Environmental entrepreneurship and compensatory preservationism: the tourism e as conservation units Dunes State Park and the Jenipabu Environmental Protected Area. 236 f. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal**, 2011

FERRAZ DE OLIVEIRA, C. A. Ecoturismo étnico no Parque Nacional do Monte Pascoal: formas de comunicação entre condutores indígenas e visitantes da unidade de conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 5, n. 1, 30 jan. 2012.

FERREIRA, A. R. R. Patrimônio geológico no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - SP: inventariação e quantificação de geossítios. 130 f. **Dissertação - (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas**, 2014.

FERREIRA, P. T. A.; RAIMUNDO, S. Conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una em Peruíbe (SP). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 150-167, ago. 2016.

FIGUEIREDO, M.A.; SOUZA, A.O.; ROCHA, L.C.; ROCHA, C.T.V. Métodos de Pesquisa em Ecologia da Recreação e Ecoturismo: Piosteio Experimental na Vegetação de Borda de uma Trilha do Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais. **Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local**. ISBN: 978-85-7745-533-1. p. 230- 238, João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

FINNESSEY, L. The Negative Effects of Tourism on National Parks in the United States. **Honors Theses - Providence Campus**. 4. 2012.

FONSECA, C.O.; SANTOS, A.P.G. Os impactos socioambientais de uma festa rave em uma unidade de conservação. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 10, núm. 1, pp. 64-77, 2010.

FULLANA, P. e AYUSO, S. Turismo sostenible. Barcelona: Rubes, 2002.

GRIMM, I.J.; SAMPAIO, C.A.C. Turismo de Base Comunitária: Convivialidade e

Conservação Ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n.19. ISSN Impresso 1808-4524 / ISSN Eletrônico: 2176-9478, Março, 2011.

HOEFLE, S.W. Multi-functionality, juxtaposition and conflict in the Central Amazon: Will tourism contribute to rural livelihoods and save the rainforest? **Journal of Rural Studies** 44 24–36, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2015.12.009>

IBGE. Brasil em Síntese, 2012. Disponível em <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio/dados-geograficos.html>> Acesso em: 10/05/2021.

IBGE. Manual Técnico da Vegetação Brasileira, 2012.

JESUS, L. O. O Parque Estadual de Terra Ronca segundo os turistas, guias de turismo e dos moradores de São Domingos-GO: percepção ambiental e seus desafios. 47 f., il. **Monografia (Licenciatura em Geografia)—Universidade de Brasília, Posse-GO**, 2013.

LEWINSOHN, T.M.; PRADO, P.I. Quantas espécies há no Brasil? **Megadiversidade** 1(1): 36-42, 2005.

LIMA, D.M. Ética e Política Ambiental na Amazônia Contemporânea. In: ESTERCI, N; LIMA, D; LENA, P. (Org.). **Boletim Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais**, Belém, v. 1, n.1, p. 37-43, 2002.

LOBO, H.A.S. Tourist Carrying Capacity of Santana Cave (PETAR-SP, Brazil): A New Method Based on a Critical Atmospheric Parameter. **Tourism Management Perspectives**, Volume 16, October 2015, Pages 67-75.

LOBO, H.A.S.; BOGGIANI, P.C.; SAYEG, I.J.; PERINOTTO, J.A.J. Impactos Ambientais em Espeleotemas Causados pela Visitação Pública com Carburadeiras na Caverna Santana (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, Iporanga - SP). **São Paulo, UNESP, Geociências**, v. 34, n. 1, p.103-115, 2015.

LOPES, E. R. N.; SANTOS, A. M.. Turismo e recursos naturais: o lugar das unidades de conservação no ecoturismo. **Nature and Conservation**, Aquidabã, v.7, n.1, p.48-60, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.6008/SPC2318-2881.2014.001.0004>
MASSINI, V.S.; BEDIM, B.P.; FONSECA-FILHO, R.E. O Turismo em Patrimônio da Penha (ES) e suas Interfaces com o Parque Nacional do Caparaó. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.4, nov2014-jan2015, pp.715- 734.

MEDEIROS, M.; NASCIMENTO, L. Turismo, Unidade de Conservação e Conflito em Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ): O Caso da Comunidade da Vila do Aventureiro. **Caderno Virtual de Turismo**. ISSN: 1677-6976 Vol. 10, Nº 3, 2010.

MEDEIROS, R.; GARAY, I. Singularidades do Sistema de Áreas Protegidas para a Conservação e Uso da Biodiversidade Brasileira. **Dimensões Humanas da Biodiversidade**, Editora Vozes, 2006.

MELO, I.F.; SOUZA, J.E.S.; CAMACHO, R.G.V.; FILHO, J.M.F. O Turismo Comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão. **Comunidades, Natureza e Cultura no Turismo**, – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, p. 230-241. ISBN: 978-85-7745-556-1, 2012

MELO, R. DE S.; MONTEIRO, M. DO S. L.; BRITO, A. S. Desenvolvimento Turístico e Sustentabilidade na Unidade de Conservação APA do Delta do Parnaíba (PI). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 11, n. 3, 30 ago. 2018.

MENDONÇA, T. C. de M. Turismo comunitário e pesca: uma relação de complementaridade na Prainha do Canto Verde (Beberibe, CE). **Anais do I Seminário Nacional de Gestão Sustentável de Ecossistemas Aquáticos: Complexidade, Interatividade e Ecodesenvolvimento**. Arraial do Cabo, RJ. UFRJ, p.116-124, 2012.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. de; COSTA, M. A. M. Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.372-390, dez, 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Base de Dados, Brasil, 2020.

MOORHOUSE, T.P.; DAHLSJO, C.A.; BAKER, S.E.; D'CRUZE, N.C.; MACDONALD, D.W. (2015). The customer isn't always right—conservation and animal welfare implications of the increasing demand for wildlife tourism. **PloS ONE** 10(10). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0138939>

MOORHOUSE, T.P.; D'CRUZE, N.C.; MACDONALD, D.W. (2016) Unethical use of wildlife in tourism: what's the problem, who is responsible, and what can be done? **Journal of Sustainable Tourism** 25(4): 505–516: <https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1223087>

NAISBITT, J. **Paradoxo global**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

NOGUEIRA, A.G.R. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. **História (São Paulo)**, vol.26 no.2 Franca, 2007.

OLIVEIRA, W.R.; SILVA, E.V. Geografia e Educação Ambiental na Prática do Turismo Sustentável: A APA do Delta do Parnaíba. **Revista Equador (UFPI)**, Vol.5, nº2, p. 61 - 74 (Janeiro/Junho, 2016).

PEIXOTO, A.L.; MORIM, M.P. Coleções Botânicas: Documentação da Biodiversidade Brasileira. **Ciência e Cultura**, vol.55 no.3 São Paulo, 2003.

PEIXOTO, S. C. P. S. Turismo e lazer em unidade de conservação: a experiência de São João

do Tupé Redes do Tupé/AM. 2013. 96 f. **Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas**, Manaus, 2013.

PERES, M.B.; VERCILLO, U.E.; DIAS, B.F.S. Avaliação do Estado de Conservação da Fauna Brasileira e a Lista de Espécies Ameaçadas: o que significa, qual sua importância, como fazer? **Biodiversidade Brasileira**, Ano I, Nº 1, 45-48, 2011.

PICKERING, C. M. & BUCKLEY, R. (2003). Swarming to the summit – Managing tourists at Mt. Kosciusko, Australia. **Mountain Research & Development**, 23, 230–233.

Plano Nacional de Turismo 2018-2022.

RHORMENS, M.S.; PEDRINI, A.G.; GHILARDI-LOPES, N.P. Implementation Feasibility of a Marine Ecotourism Product on the Reef Environments of the Marine Protected Areas of Tinharé and Boipeba Islands (Cairu, Bahia, Brazil). **Oceans & Coastal Management**, Volume 139, April 2017, Pages 1-11.

RIBAS, L.C.C.; ZUCULOTO, J.R.M. Os Extrativistas da Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé (Florianópolis, Santa Catarina, Brasil) - Visões Endógenas sobre a Reserva e o Turismo Local. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 391-422, outubro de 2012.

SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. C. Território e conflitos ambientais do turismo de segunda residência na APA Litoral sul (SE). **Ateliê Geográfico**, v. 7, n. 2, p. 44-70, 29 ago. 2013. DOI 10.5216/ag.v7i2.15644.

SANTOS, S.R.; SANTOS, P.C. Contribuições da Educação Ambiental para o Turismo Sustentável na APA do Maracanã, São Luís (Maranhão, Brasil). **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 4, n. 2, 265-285, outubro de 2011.

SELVA, V.S.F.. Litoral da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe: de ambiente natural a espaço do turismo. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, Aquidabã, v.5, n.1, p.8-16, 2012.

SILVA, D.D.E.; SOUZA, J.E.; ALMEIDA, A.C.; SANTOS, J.A. Geoturismo e Impactos Ambientais no Parque Estadual do Pico do Jabre no Município de Matureia-PB. **Comunidades, Natureza e Cultura no Turismo**, – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, p. 1249-1258. ISBN: 978-85-7745-556-1, 2012.

SNUC. LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Brasília, 18 de julho de 2000; 179o da Independência e 112o da República.

SOUZA, C. B. G. “A gestão dos recursos naturais na Amazônia: a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá-Pa”. In: **Revista Geografar**, v. 5 n. 1: 83-104, 2010.

SOUZA, E. B. C. O turismo como integrador regional em cidades trigêmeas: Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). **Cuadernos de Geografía:**

Revista Colombiana de Geografía 26 (2): 355-371, 2017.
dx.doi.org/10.154467rcdg.v26n2.56843.

31

SOUZA, T.V.S.B.; THAPA, B.; CASTRO, E.V. Índice de Atratividade Turística das Unidades de Conservação Brasileiras, 2017.

VALLEJO, L.R. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **Geographia**.v.4, n. 8, pp. 57-78, 2002.

VIDAL, M.D. Botos e Turistas em Risco. **Ciência Hoje**. V.47, n. 281, p. 73-75.

VIDAL, M.D.; SANTOS, P.M.C.; JESUS, J.S.; ALVES, L.C.P.S; CHAVES, M.P.S.R. Ordenamento Participativo do Turismo com Botos no Parque Nacional de Anavilhas, Amazonas, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Naturais 12(1): 23-36, 2017.

ZANIRATO, S.H. Patrimônio Natural e Turismo: Desafios para a Adoção da Sustentabilidade em Áreas Protegidas no Brasil. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.4, dez.2010 / mar. 2011 – ISSN- 2177-4129.

APÊNDICE A – Tabela de Artigos

Ano	Local	Grupo	Categoria	Tipo de turismo	Impactos	Alternativas	Referências Bibliográfica
2017	Amazonas	Uso sustentável	Resex	Turismo sol e mar	de Especulação imobiliária, Lixo, Desmatamento, Violência, Prostituição		BARBOSA, H.D.A.; CAMPOS, R.I.R. Experiências de Turismo em Unidades de Conservação em Áreas Haliêuticas no Estado do Pará/Amazônia. Pasos, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural , Vol. 15 N.o 4. Págs. 823-839. 2017 ISSN 1695-7121, 2017.
2013	Amazonas	Uso Sustentável	RDS	Ecoturismo, De lazer	Lixo, Renda extra	Financiamento, Inclusão da comunidade	PEIXOTO, S. C. P. S. Turismo e lazer em unidade de conservação: a experiência de São João do Tupé Redes do Tupé/AM. 2013. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
2017	Amazonas	Uso sustentável	RDS		Maus tratos animais		D'CRUZE, N.; MACHADO, F. C.; MATTHEWS, N.; BALASKAS, M.; CARDER, G.; RICHARDSON, V.; VIETO, R. (2017) A review of wildlife ecotourism in Manaus, Brazil. Nature Conservation , 22. pp. 1-16. ISSN 1314-6947
2011	Amazonas	Proteção Integral	Parque Nacional	De lazer	Maus tratos à espécie, Poluição	Restrições de contato com o animal, Ordenamento do turismo	VIDAL, M.D. Botos e Turistas em Risco. Ciência Hoje . V.47, n. 281, p. 73-75.
2017	Bahia	Uso sustentável	APA	Ecoturismo	Geração de renda		RHORMENS, M.S.; PEDRINI, A.G.; GHILARDI-LOPES, N.P. Implementation Feasibility of a Marine Ecotourism Product on the Reef Environments of the Marine Protected Areas of Tinharé and Boipeba Islands (Cairu, Bahia, Brazil). Oceans & Coastal Management , Volume 139,

2012	Bahia	Proteção Integral	Parque Nacional	Ecoturismo étnico	Fortalecimento cultural, Geração de renda		FERRAZ DE OLIVEIRA, C. A. Ecoturismo étnico no Parque Nacional do Monte Pascoal: formas de comunicação entre condutores indígenas e visitantes da unidade de conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur) , v. 5, n. 1, 30 jan. 2012.
2018	Ceará, Piauí, Maranhão	Uso sustentável	APA	De lazer	Poluição, Disseminação de doenças	Financiamento	MELO, R. S.; MONTEIRO, M. S. L.; BRITO, A. S. Desenvolvimento Turístico e Sustentabilidade na Unidade de Conservação APA do Delta do Parnaíba (PI)). Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur) , v. 11, n. 3, 30 ago. 2018.
2015	Espírito Santo	Proteção Integral	Parque Nacional	Turismo religioso (místico)	Maior preservação, Desenvolvimento local		MASSINI, V.S.; BEDIM, B.P.; FONSECA-FILHO, R.E. O Turismo em Patrimônio da Penha (ES) e suas Interfaces com o Parque Nacional do Caparaó. Revista Brasileira de Ecoturismo , São Paulo, v.7, n.4, nov2014-jan2015, pp.715- 734
2012	Goiás	Proteção Integral	Parque Nacional		Pixação, Lixo, Esfacelamento das estradas	Diminuir número de visitantes, Aumento da fiscalização, Educação Ambiental	DOMICIANO, C.S.; OLIVEIRA, I.J. Cartografia dos Impactos Ambientais no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). Mercator - Revista de Geografia da UFC , vol.11, núm. 25, mayo-agosto, 2012, pp. 179-199
2011	Maranhão	Uso sustentável	APA		Renda extra, Desenvolvimento local		SANTOS, S.R.; SANTOS, P.C. Contribuições da Educação Ambiental para o Turismo Sustentável na APA do Maracanã, São Luís (Maranhão, Brasil). Turismo e Sociedade , Curitiba, v. 4, n. 2, 265-285, outubro de 2011.

2016	Maranhão	Uso sustentável	APA		Degradação ambiental, Perda cultural, Poluição	Educação Ambiental, Ecoturismo	OLIVEIRA, W.R.; SILVA, E.V. Geografia e Educação Ambiental na Prática do Turismo Sustentável: A APA do Delta do Parnaíba. Revista Equador (UFPI), Vol.5, nº2, p. 61 - 74 (Janeiro/Junho, 2016)
2012	Minas Gerais	Proteção Integral	Parque Nacional		Pisoteio		FIGUEIREDO, M.A.; SOUZA, A.O.; ROCHA, L.C.; ROCHA, C.T.V. Métodos de Pesquisa em Ecologia da Recreação e Ecoturismo: Pisoteio Experimental na Vegetação de Borda de uma Trilha do Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais. Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local . ISBN: 978-85-7745-533-1. p. 230- 238, João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.
2016	Minas Gerais	Proteção Integral	Parque Nacional	De lazer	Especulação imobiliária, Lixo, Lotação		COSTA, H.S.M.; OLIVEIRA, A.M.; RAMOS, M.V. População, Turismo e Urbanização: Conflitos de Uso e Gestão Ambiental. Abep. Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
2010	Minas Gerais	Uso sustentável	APA	De eventos	Poluição sonora, Constrangimento da comunidade, Pisoteio, Poluição, Lixo, Estresse aos animais		FONSECA, C.O.; SANTOS, A.P.G. Os impactos socioambientais de uma festa rave em uma unidade de conservação Caderno Virtual de Turismo , vol. 10, núm. 1, 2010, pp. 64-77

silvestres

2017	Pará	Uso sustentável	Resex	De sol e mar	Desmatamento, Especulação imobiliária, Desenvolvimento local	Aplicar turismo de base comunitária	CAMPOS, R. I. R. DE; NASCIMENTO, M. D. S.; MENDONÇA, S. DA C. Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo (PA): Processo de criação e perspectivas para o turismo. Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur) , v. 10, n. 2, 31 maio 2017.
2011	Paraíba	Proteção Integral	Parque Estadual	Religioso, Ecoturismo, De aventura, Educacional	Poluição, Lixo, Desmatamento, Espécies invasoras	Investir em políticas públicas efetivas de turismo	CAVALCANTE, M.B.; FURTADO, E.M. Políticas Públicas de Turismo em Unidades de Conservação. DOI: 10.4215/RM2011.1021.0009
2012	Paraíba	Proteção Integral	Parque Estadual	Geoturismo	Degradação ambiental		SILVA, D.D.E.; SOUZA, J.E.; ALMEIDA, A.C.; SANTOS, J.A. Geoturismo e Impactos Ambientais no Parque Estadual do Pico do Jabre no Município de Matureia-PB. Comunidades, Natureza e Cultura no Turismo , – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, p. 1249-1258. ISBN: 978-85-7745-556-1, 2012
2011	Paraná	Uso sustentável	APA	Turismo comunitário	Geração de emprego, Desenvolvimento local		GRIMM, I.J.; SAMPAIO, C.A.C. Turismo de Base Comunitária: Convivencialidade e Conservação Ambiental. Revista Brasileira de Ciências Ambientais , n.19. ISSN Impresso 1808-4524 / ISSN Eletrônico: 2176-9478, Março, 2011.

2012	Pernambuco	Uso sustentável	APA	Turismo sol e mar	de	Lixo, Desmatamento			SELVA,V.S.F.. Litoral da Área de Proteção Ambiental(APA) de Guadalupe: de ambiente natural a espaço do turismo. Revista Nordestina de Ecoturismo , Aquidabã,v.5,n.1,p.8-16,2012.
2014	Pernambuco	Proteção Integral	Parque Nacional			Lixo, Pisoteio, Poluição sonora			BELTRÃO, R.F.; PEREIRA, S.V. Cruzeiro Marítimos no Arquipélago de Fernando de Noronha: Aspectos e Impactos Ambientais. V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Belo Horizonte/MG – 24 a 27/11/2014
2010	Rio Janeiro	de Proteção Integral	Parque Estadual Marinho	Turismo sol e mar	de	Fluxo monetário, Grandes empresas de turismo	Redefinição categoria, Implementação do ecoturismo	da	MEDEIROS, M.; NASCIMENTO, L. Turismo, Unidade de Conservação e Conflito em Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ): O Caso da Comunidade da Vila do Aventureiro. Caderno Virtual de Turismo . ISSN: 1677-6976 Vol. 10, N° 3 (2010).
2011	Rio Janeiro	de Proteção Integral	Parque Nacional	Turismo sol e mar	de	Dificulta o trabalho das comunidades			ZANIRATO, S.H. Patrimônio Natural e Turismo: Desafios para a Adoção da Sustentabilidade em Áreas Protegidas no Brasil. Revista Memória em Rede , Pelotas, v.2, n.4, dez.2010 / mar. 2011 – ISSN- 2177-4129
2013	Rio Janeiro	de Uso sustentável	Resex	Turismo sol e mar	de	Fonte de renda, Dificulta o trabalho das comunidades, Invasões			MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. de; COSTA, M. A. M. Turismo e pescas nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade. Caderno Virtual de Turismo . Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.372-390, dez. 2013.
2010	Rio Janeiro	de Proteção Integral	Parque Nacional			Diminuição de espécies, Degradação ambiental, Lixo	Engajamento local, Diminuir número de visitantes		CUNHA, A.A. Negative Effects of Tourism in a Brazilian Atlantic Forest National Park. Journal of Nature Conservation , v 18 (2010) 291–295em:< http://www.redalyc.org/html/339/33934728007/ >. Acesso em: nov. 2017.

2011	Rio Grande do Norte	Proteção Integral	Parque Estadual		Espeçulaçã o imobiliária , Poluição				FERNANDES, M. C. Environmental entrepreneurship and compensatory preservationism: the tourism e as conservation units Dunes State Park and the Jenipabu Environmental Protected Area. 2011. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte , Natal, 2011
2012	Rio Grande do Norte	Uso sustentável	RDS	Turismo comunitário	Geração de renda, Desenvolvimento local				MELO, I.F.; SOUZA, J.E.S.; CAMACHO, R.G.V.; FILHO, J.M.F. O Turismo Comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão. Comunidades, Natureza e Cultura no Turismo , – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, p. 230-241. ISBN: 978-85-7745-556-1, 2012.
2016	São Paulo	Uso sustentável	RDS	Turismo de sol e mar, De lazer	Renda extra, Perda cultural				FERREIRA, P. T. A; RAIMUNDO, S. Conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una em Peruíbe (SP). Caderno Virtual de Turismo . Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 150-167, ago. 2016.
2017	São Paulo	Proteção Integral	Parque Estadual	Ecoturismo	Fortalecimento cultural, Geração de emprego e renda				AGUIAR, H.J.P. Ecoturismo e Tradição Cultural Quilombola: Análise sobre as Influências do Turismo no Parque Estadual Caverna do Diabo nas Comunidades de Ivaporunduva e Sapatu (El Dourado/ São Paulo/Brasil). Dissertação Universidade Federal do Paraná , Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.
2010	São Paulo	Proteção Integral	Parque Estadual	Turismo de sol e mar	Geração de subempregos,	Inclusão moradores	dos		BARBOSA, S.R.C.S.; FORMAGIO, C.C.; BARBOSA, R.V. Áreas Protegidas, Uso e Ocupação do Solo, Qualidade de Vida e Turismo no Litoral Norte Paulista:

					Aumento no custo de vida, Baixa remuneração, Inchaço populacional			Algumas Reflexões sobre o Município de Ubatuba. Caderno Virtual de Turismo . Vol. 10, Nº 2 (2010)
2014	São Paulo	Proteção Integral	Parque Estadual	Geoturismo	Geração de renda			FERREIRA, A. R. R. Patrimônio geológico no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - SP: inventariação e quantificação de geossítios. 2014. 130 f. Dissertação - (mestrado) - Universidade Estadual Paulista , Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2014.
2015	São Paulo	Proteção Integral	Parque Estadual		Danificação de espeleotemas	Restringir queima de acetileno		LOBO, H.A.S.; BOGGIANI, P.C.; SAYEG, I.J.; PERINOTTO, J.A.J. Impactos Ambientais em Espeleotemas Causados pela Visitação Pública com Carburadeiras na Caverna Santana (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, Iporanga - SP). São Paulo, UNESP, Geociências , v. 34, n. 1, p.103-115, 2015.
2015	São Paulo	Proteção Integral	Parque Estadual	Ecoturismo	Aumento de temperatura no ambiente	Diminuir número de visitantes		LOBO, H.A.S. Tourist Carrying Capacity of Santana Cave (PETAR-SP, Brazil): A New Method Based on a Critical Atmospheric Parameter. Tourism Management Perspectives , Volume 16, October 2015, Pages 67-75
2012	Santa Catarina	Uso sustentável	Resex		Geração de renda			RIBAS, L.C.C.; ZUCULOTO, J.R.M. Os Extrativistas da Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé (Florianópolis, Santa Catarina, Brasil) - Visões Endógenas sobre a Reserva e o Turismo Local. Turismo e Sociedade , Curitiba, v. 5, n. 2, p. 391-422, outubro de 2012.
2013	Sergipe	Uso	APA	Turismo de	Desmatam			SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. C.

		sustentável	sol e mar	ento, Degradação o ambiental, Desterritorialização da comunidade local, Lixo		Território e conflitos ambientais do turismo de segunda residência na APA Litoral sul (SE) - DOI 10.5216/ag.v7i2.15644. Ateliê Geográfico , v. 7, n. 2, p. 44-70, 29 ago. 2013.
2016	Tocantins	Proteção Integral	Parque Estadual	Fortalecimento cultural, Desenvolvimento local, Lixo	Investir em políticas públicas efetivas de turismo, Educação ambiental	DUTRA, V. C. Monitoramento de indicadores-chave do turismo sustentável em unidades de conservação: um estudo de caso no Parque Estadual do Jalapão - Tocantins. 2016. Tese (Doutorado em Tecnologia Nuclear - Materiais) - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, University of São Paulo , São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.85.2016.tde-30082016-150451.